

Ad 22911
TRIB, 21 NOV 81

Líderes de bairros querem participação popular no PDU

Representantes de cinco bairros da capital, em reunião ontem na Arquidiocese, propuseram que as 21 comunidades que integram a Comissão Pró-Saneamento de Vitória participem ativamente das discussões do Plano Diretor Urbano (PDU), que após cinco anos em estudos e às vésperas de sua aprovação pela Câmara de Vitória ainda não recebeu qualquer subsídio da população diretamente envolvida em suas determinações.

Os representantes dos moradores dos bairros de Santa Maria, Maria Ortiz, São Pedro, Itararé e Jaburu decidiram discutir o PDU tendo por base pesquisa realizada por este jornal, na qual ficou comprovado que as comunidades desconhecem as decisões contidas no Plano realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Eles consideraram o PDU elitista e reivindicaram a participação popular na elaboração final do projeto, decisão que deverão apresentar às 21 comunidades da Comissão Pró-Saneamento para aprovação nos próximos dias.

ESPECULAÇÃO

De início, o sr. Clóvis Ruy Coelho manifestou simpatia pelo projeto, dizendo que "é salutar para a população um projeto que vise ordenar o crescimento urbano". Porém, questionou a presença popular nas comissões oficiais incumbidas de elaborar estudos técnicos na área urbana.

Representante do bairro São Pedro, onde a população pressionou a administração municipal até conseguir alterar o promorar de acordo com as necessidades comunitárias, sr. Clóvis Ruy Coelho disse que "é necessário ouvir a opinião da população. Até agora o encaminhamento do PDU está sendo feito por técnicos e empresários. Estes últimos são especuladores que dirigem o projeto".

Em seguida, o sr. João Luiz de Oliveira, representante do bairro Itararé, argumentou que "se é democracia, o povo tem que participar. A população não tem conhecimentos para fazer cálculos e por isso os técnicos têm que fazer os projetos. Porém, têm que elaborar aquilo que a comunidade decide como melhor".

A mesma opinião foi expressa pelo sr. Roberto Costa, representante do Morro do Jaburu. "Quando começaram a fazer projeto já deveriam, paralelamente aos levantamentos técnicos necessários, ter pedido opinião à população. É uma forma de democratizar o projeto", acentuou.

Para a sra. Terezinha Cravo, líder comunitária de Maria Ortiz, "a população não tem condições de absorver as coisas impostas. Os técnicos jamais levam em consideração que nos bairros da capital a população mora há várias décadas. Ninguém pode, agora, se condicionar às mudanças imaginadas nas pranchetas, pois é necessário respeitar as tradições de cada localidade".

Como o representante da comunidade de Ilha de Santa Maria, sr. Luiz Carlos de Oliveira, ela acha que outro fator de preocupação é o ônus financeiro que os grandes projetos de urbanização repassam à população. Ela se referiu especificamente ao projeto de urbanização de Maria Ortiz com verbas do Banco Mundial. "Até hoje não explicaram para a comunidade o que isso representa e quanto vai custar", disse ela.

Já o sr. Luiz Carlos de Oliveira questionou: "Como é que a população vai saber se os recursos ganhos pelas administrações municipais e estaduais estão sendo bem empregados se a população não tem sequer um representante nas comissões formadas nos palácios para decidir a vida urbana?".

A exceção do sr. Clóvis Ruy Coelho, todos os outros representantes presentes na reunião de ontem desconheciam o PDU. "Mesmo assim", disse o sr. Clóvis Ruy Coelho, "o que eu conheço do projeto é através da imprensa". Eles decidiram reivindicar uma cópia do projeto para cada comunidade.

Com a decisão de pedir cópias do PDU eles esperam convencer a Comissão Pró-Saneamento a encampar as discussões que podem ser promovidas para pedir revisão do projeto. Segundo os representantes comunitários, é necessária a adesão daquela Comissão, porque ela já está mobilizada.

Entre as conclusões tiradas ontem em conjunto pelos líderes comunitários, surgiram as seguintes preocupações, que podem se concretizar caso o PDU seja aprovado na Câmara: a manipulação de grupos econômicos dos próprios vereadores que irão votar o projeto; a interferência de empresários; e a expulsão de moradores que habitam as encostas dos morros, "que está previsto no projeto uma das únicas informações sobre o PDU que as comunidades conhecem", disseram.